

ESTADO DO TOCANTINS MUNICÍPIO DE TALISMA

CIPAL DE TALISMA

CNPI 03.931.454/0001-74

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

APROVADO

Em 02/03/2020

"ALTERA REDAÇÃO DO §4°, DO ARTIGO CÂMARA REGIMENTO DA MUNICIPAL DE TALISMÃ ESTADO DO TOCANTINS".

O Presidente da Câmara Municipal de Talismã Estado do Tocantins faz saber que o Plenário aprova e ele, consoante o disposto no art. 50, inc. IV da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte Resolução:

- Art. 1º O Paragrafo 4º do artigo 104 do Regimento Interno passa a Viger com a seguinte redação:
- § 4º Os subsídios dos vereadores do município de Talismã, poderão ser revisados anualmente para recomposição inflacionária conforme previsão do artigo 37, inc. X da Constituição Federal, sempre com base nos cálculos do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.
- Art. 2°- Revogando as disposições contrárias esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Talismã Estado do Tocantins aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro de 2020 (dois mil e vinte).

MAMAR ARAÚJO DE MENEZES Haw J gours & Secretaria

Vereador Presidente

Evimar Pereira Soares

2º Secretário

Justificativa:

Manoel Gomes da Silva

Vice-Presidente

Tesoureiro

Apresentamos como justificativa as orientações emanadas Assessoria Jurídica da UVET (União dos Vereadores do Estado do Tocantins), que esclarecendo o teor da RESOLUÇÃO TCE/TO Nº 429/2019 - PLENO -Processo nº: 4286/2019, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, recomenda às Câmaras Municipais seja a revisão ora mencionada inserida à Lei Orgânica e também ao Regimento Interno.

Ressalte-se que não se trata de alterar os subsídios em pleno curso da legislatura prática expressamente vedada pelo Constituição Federal, mas de "recomposição por perdas inflacionárias, ou seja, uma "simples atualização" conforme destaca o Tribunal de Contas no Processo supramencionado. É a iustificativa.